

**ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ.//**

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e quatro, às doze horas, no Palácio Petrônio Portella, sede da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, bem como por meio de videoconferência, em que estavam presentes os senhores deputados: bem como de maneira virtual, em que estavam presentes os senhores deputados: Aldo Gil, Ana Paula, Doutor Felipe Sampaio, Doutor Gil Carlos, Doutor Hélio, Doutor Vinícius, Evaldo Gomes, Fábio Novo, Firmino Paulo, Francisco Limma, Franzé Silva, Gustavo Neiva, Hélio Isaías, Janaína Marques, João Mádison, Marden Menezes, Nerinho, Oliveira Neto, Rubens Vieira, Severo Eulálio, Simone Pereira, Warton Lacerda e Wilson Brandão; ausentes os senhores deputados: Bárbara do Firmino, Doutor Thales Coelho, Georgiano Neto, Henrique Pires, Jeová Alencar e Pablo Santos; e justificada a ausência da senhora deputada Gracinha Mão Santa; realizou-se a **TRIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ**, presidida pelo senhor deputado Franzé Silva e secretariada pelos senhores deputados: Marden Menezes e Rubens Vieira.

**PEQUENO EXPEDIENTE.** Constatou da leitura da Ata da sessão anterior, que foi aprovada sem retificação. **ORDEM DO DIA. Aprovado** em segunda discussão e votação nominal, pela unanimidade dos presentes, a **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO de Nº 04/24**, de autoria do senhor deputado Franzé Silva, processo AL-34.833/24, que “Altera o art. 179-B, da Constituição do Estado do Piauí, promulgada pela Emenda Constitucional nº 64, de 28 de novembro de 2023”, com emenda. **Aprovado** em segunda discussão e votação nominal, pela unanimidade dos presentes, o **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO GOVERNO de Nº 03/23**, do Poder Executivo, processo AL-30.204/23, que “Altera a Lei Complementar Nº 37, de 09 de março de 2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí”. **Aprovado** em segunda discussão e votação pela unanimidade dos presentes, o **PROJETO DE RESOLUÇÃO de Nº 09/24**, de autoria do senhor deputado João Mádison, processo AL-37.689/24, que “Dispõe sobre a alteração da redação do art. 73 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, no sentido de autorizar a recondução à presidência de comissão, por pelo menos mais um período, além de propor a alteração da redação do art. 103 do mesmo Regimento, para garantir, expressamente, a possibilidade de que o deputado suplente integrante da comissão possa ser designado pelo Presidente como relator das proposições distribuídas”. **Aprovado**, em segunda discussão e votação, pela maioria dos presentes, com 01 (UM) VOTO NÃO, do senhor deputado Aldo Gil, o **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA: de Nº 77/24**, do Poder Executivo, processo AL-37.906/24, que “Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, com a garantia da

**ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ.//////////**

União, e dá outras providências”. **Aprovados**, em segunda discussão e votação, pela unanimidade dos presentes, os **PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA: de N° 20/24**, do Poder Executivo, processo AL-34.833/24, que “Dispõe sobre o Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de passageiros do Estado do Piauí - STRIP/PI, revoga a Lei nº 5.860, de 1º de julho de 2009, e dá outras providências”, com emenda; **de N° 41/24**, do Poder Executivo, processo AL-36.158/24, que “Autoriza o Poder Executivo Estadual a proceder à cessão de uso de imóvel pertencente ao patrimônio público estadual para funcionamento da sede do Poder Legislativo Municipal de São Julião, e autoriza o Poder Executivo Estadual a proceder à cessão de uso de imóvel pertencente ao patrimônio público estadual para o Instituto Piauiense de Juventude – IPJ, na forma e pelo prazo que específica”; **de N° 70/24**, do Poder Executivo, processo AL-37.211/24, que “Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2025”, com emenda; **de N° 73/24**, do Poder Executivo, processo AL-38.905/24, que “Autoriza o Poder Executivo Estadual a proceder à desapropriação de imóvel, pela Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A., pertencente ao patrimônio público da Prefeitura Municipal de Uruçuí-PI”; **de N° 75/24**, do Poder Executivo, processo AL-37.510/24, que “Institui o Plano Estadual de Juventude do Piauí”; **de N° 77/24**, do Poder Executivo, processo AL-37.906/24, que “Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, com a garantia da União, e dá outras providências”; **de N° 79/24**, do Poder Executivo, processo AL-37.534/24, que “Institui o Programa de Incentivo à Atividade Laboral no Sistema Prisional do Estado do Piauí, e dá outras providências”; **de N° 80/24**, do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 6.140, de 06 de dezembro de 2011, que institui a Política Estadual sobre Mudança do Clima e Combate à Pobreza - PEMCP do Estado do Piauí, para dispor sobre o Sistema Jurisdicional de Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal – REDD+ Jurisdicional; e a Lei nº 7.495, de 05 de abril de 2021, que altera a Lei nº 6.021, de 05 de outubro de 2010, para dispor sobre as competências da Investe Piauí”; **de N° 81/24**, do Poder Executivo, processo AL-37.796/24, que “Institui o Programa Estadual de Qualificação Profissional 'Qualifica Piauí'”; **de N° 83/24**, do Poder Executivo, processo AL-37.854/24, que “Altera a Lei nº 8.041, de 11 de maio de 2023, que dispõe sobre a instituição do programa de incentivo aos atletas e técnicos no âmbito do estado do Piauí, denominado Bolsa Atleta Piauí, para revogar o Anexo Único e dá outras providências”; **de N° 84/24**, do Poder Executivo, processo AL-37.908/24, que “Autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica às empresas participantes do Programa de Oportunidades de Trabalho para Jovens - 'Oportunidade Jovem', no Eixo 'Primeira Oportunidade', nos termos do art. 19 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e dá outras providências”; **de N° 214/23**, de autoria do senhor deputado Hélio Isaías, processo AL-32.762/23, que “Dispõe



**ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA  
SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ.//**

de autoria do senhor deputado Doutor Thales Coelho, processo AL-35.187/24, que “Dispõe sobre o fornecimento de transporte público gratuito às pessoas vivendo com HIV no estado do Piauí”; **de N° 91/24**, de autoria do senhor deputado Rubens Vieira, processo AL-35.709/24, que “Estabelece diretrizes para a elaboração de Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas e Enfrentamento de Catástrofes Ambientais no âmbito do Estado do Piauí”; **de N° 97/24**, de autoria do senhor deputado Rubens Vieira, processo AL-35.840/24, que “Institui a Política Estadual de Expansão da Atenção Domiciliar no Sistema de Saúde Pública no âmbito do Estado do Piauí”; **de N° 100/24**, de autoria da senhora deputada Gracinha Mão Santa, processo AL-35.826/24, que “Institui no Estado do Piauí a Política de Saúde Reprodutiva da Mulher, Prevenção e Diagnóstico Precoce de Doenças Ginecológicas e a Política de Atenção à Saúde Reprodutiva da Mulher Soropositiva e Prevenção da Transmissão Vertical do HIV e dá outras providências”; **de N° 103/24**, de autoria do senhor deputado Francisco Limma, processo AL-35.837/24, que “Altera o anexo único da Lei nº 6.101, de 18 de agosto de 2011, que autoriza o Poder Executivo a conceder Subvenções Sociais às entidades públicas ou privadas, sem finalidade lucrativa e que mantenham em funcionamento regular, escolas alternativas ao sistema de ensino”; **de N° 104/24**, de autoria do senhor deputado Francisco Limma, processo AL-35.841/24, que “Altera o anexo único da Lei nº 6.101, de 18 de agosto de 2011, que autoriza o Poder Executivo a conceder Subvenções Sociais às entidades públicas ou privadas, sem finalidade lucrativa e que mantenham em funcionamento regular, escolas alternativas ao sistema de ensino”; **de N° 118/24**, de autoria do senhor deputado Doutor Marcus Vinícius Kalume, processo AL-36.040/24, que “Institui a Política Estadual de Orientação sobre Síndrome de Down no âmbito do Estado do Piauí, e dá outras providências”; **de N° 125/24**, de autoria da senhora deputada Bárbara do Firmino, processo AL-36.081/24, que “Dispõe sobre o desenvolvimento de ações que visem à utilização de recursos de tecnologia assistiva para os alunos com deficiência nos estabelecimentos da rede pública estadual de ensino do Piauí, e dá outras providências”; **de N° 137/24**, do Ministério Público do Estado do Piauí, processo AL-36.268/24, que “Altera a Lei nº 8.251, de 20 de dezembro de 2023, que cria o Fundo de Liquidação de Passivos do Ministério Público do Estado do Piauí; a Lei nº 5.398, de 08 de julho de 2004, que cria o Fundo de Modernização do Ministério Público do Estado do Piauí - FMMP/PI; e a Lei nº 6.308, de 30 de janeiro de 2013, que cria o Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, e dá outras providências”; **de N° 141/24**, de autoria do senhor deputado Francisco Limma, processo AL-36.377/24, que “Altera o anexo único da Lei nº 6.101, de 18 de agosto de 2011, que autoriza o Poder Executivo a conceder Subvenções Sociais a entidades públicas ou privadas sem finalidade lucrativa e que mantenham em funcionamento regular escolas alternativas ao sistema de ensino”; **de N° 143/24**, de autoria do senhor deputado Doutor Marcus Vinícius Kalume, processo AL-36.375/24, que “Institui a



**ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ.//**

de Orientação, Conscientização e Discussão sobre o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade - TDAH, e dá outras providências”; **de N° 187/24**, de autoria do senhor deputado Doutor Marcus Vinícius Kalume, processo AL-37.084/24, que “Declara a Capoeira, como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Piauí”; **de N° 189/24**, de autoria do senhor deputado Francisco Limma, processo AL-37.088/24, que “Designa o Ipê Amarelo como árvore símbolo da prevenção ao suicídio no Estado do Piauí, e dá outras providências”; **de N° 190/24**, de autoria do senhor deputado Henrique Pires, processo AL-37.096/24, que “Altera o anexo único da Lei nº 6.101, de 18 de agosto de 2011, que autoriza o Poder Executivo a conceder Subvenções Sociais a entidades públicas ou privadas, sem fins lucrativos, que fomentam projetos sociais, educacionais profissionalizantes, culturais, esportivos e de lazer”; **de N° 191/24**, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, processo AL-37.357/24, que “Altera a Lei Complementar Estadual nº 230, de 29 de novembro de 2017, do Estado do Piauí, com a criação dos níveis '6B e 7B', referências I, II e III, para a carreira de Técnico Judiciário, e dá outras providências”; **de N° 194/24**, de autoria dos senhores deputados Henrique Pires e Marden Menezes, processo AL-37.305/24, que “Dispõe sobre a proibição do uso de celulares e outros dispositivos eletrônicos pelos alunos nas unidades escolares da rede pública e privada de ensino, no âmbito do Estado do Piauí”, com emenda; **de N° 195/24**, de autoria do senhor deputado Franzé Silva, processo AL-37.309/24, que “Institui e integra ao Calendário Oficial de Eventos do Estado do Piauí a Semana Estadual do Trabalho Digno”; **de N° 200/24**, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, processo AL-37.453/24, que “Dispõe sobre a Justiça de Paz no estado do Piauí e dá outras providências”; **de N° 201/24**, de autoria do senhor deputado Francisco Limma, processo AL-37.455/24, que “Dá o nome de 'Engenheiro Antônio Gomes Sales' à Rodovia PI-258, no trecho Domingos Mourão com divisa PI-CE”; **de N° 202/24**, de autoria da senhora deputada Bárbara do Firmino, processo AL-37.520/24, que “Institui as ações informativas sobre a Fibromialgia, visando publicizar os direitos da pessoa com Fibromialgia no Estado do Piauí, e dá outras providências”; **de N° 204/24**, de autoria do senhor deputado Rubens Vieira, processo AL-37.677/24, que “Institui a Política Estadual de Incentivo à Economia do Mar no âmbito do Estado do Piauí”; **de N° 205/24**, do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, processo AL-37.614/2024, que “Altera a Lei de N° 5.673, de 1º de agosto de 2007, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários do Quadro Efetivo de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Piauí”; **de N° 206/24**, **N° 207/24**, **N° 208/24** e **de N° 209/24** de autoria do senhor deputado Francisco Limma, respectivamente, processo AL-37.613/24, que “Dispõe sobre a valorização do cultivo das plantas medicinais e fitoterápicas no Estado do Piauí, e dá outras providências”; processo AL-37.610/24, que “Institui Política Estadual de Diagnóstico e Tratamento do Câncer em Bebês Intrauterinos e na Primeira Infância no âmbito do Estado do Piauí”; processo AL-37.611/24, que “Dispõe sobre a instituição do Programa de



**ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA  
SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ.//  
inserida no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) e arquivada  
pela Coordenação de Registros Legislativos.//**